



CONGRESSO NACIONAL DA
ABIPEM

25 a 27 DE JUNHO, FOZ DO IGUAÇU - PR



Contabilidade Pública como Instrumento de Gestão nos Regimes Próprios de Previdência

Prof.ª Débora Geórgia Tristão

Doutoranda em Administração - USCS

Mestre em Gestão Políticas Públicas – FGV

Pesquisadora – Centro de Pesquisas - FGV

Pesquisadora – Centro de Pesquisas - USCS

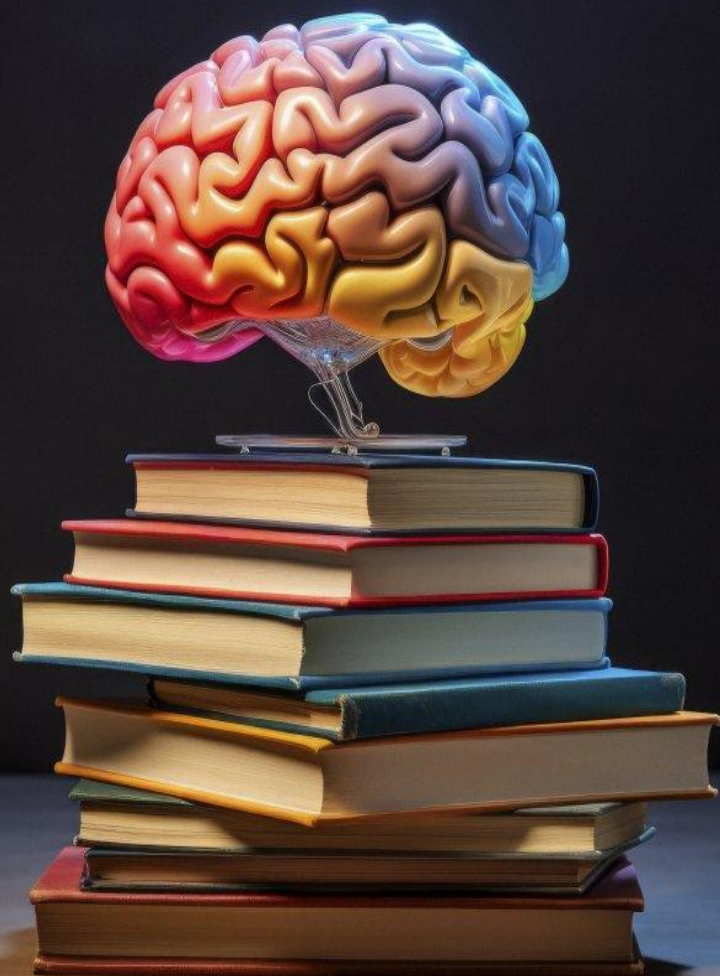
Pós Graduada em Controladoria Estratégica – USJT

Bacharel em Ciências Contábeis – USJT

Docente Ensino Superior e Pós Graduação – desde 2009

Técnica de Controle Externo – TCESP – desde 1988





CONHECIMENTO É COMO UM JARDIM.

SE NÃO FOR CULTIVADO NÃO PODE SER COLHIDO.

BEM-VINDOS !!!!



Objetivos

- ❑ **Evidenciar** o papel da contabilidade pública na **sustentabilidade** e na **governança** dos RPPS.
- ❑ **Demonstrar** como o arcabouço normativo — EC 103/2019, Portaria 1.467/2022 e NBC TSP 03/15 — se traduz em **registros contábeis, relatórios e indicadores gerenciais**.
- ❑ **Apresentar** boas práticas e **pontos de atenção** na escrituração, elaboração das demonstrações e utilização das informações contábeis para suporte à decisão.
- ❑ **Discutir** riscos críticos (déficit atuarial, aplicações financeiras, transparência) e **ações corretivas** baseadas na contabilidade.
- ❑ **Incentivar** controles internos robustos e **transparência ativa**, fortalecendo a confiança de segurados, gestores e órgãos de controle.

Provocações

"Como tomar decisões estratégicas em um RPPS sem conhecer sua real situação contábil e atuarial?"

Seu RPPS divulga as informações contábeis segregadas, de acordo com a Portaria 1467 e IPC 14?

A carteira está aderente aos limites da Res. CMN 4.963/21, garantindo segurança e rentabilidade?

O Ente monitora Risco e Meta Atuarial em tempo real, utilizando os dados contábeis para os ajustes que forem necessários?

“Sem contabilidade não há gestão previdenciária: números sustentam decisões, não suposições.”



Contexto Normativo Essencial

- ❑ **CF/88 art. 40 c/ EC 103/2019** – equilíbrio financeiro & regras gerais
- ❑ **Lei 9.717/1998** – normas gerais de organização dos RPPS
- ❑ **Portaria MTP 1.467/2022** (atual. 2024) – gestão, contabilidade, investimentos
- ❑ **Resolução CMN 4.963/2021** – limites de aplicação de recursos
- ❑ **IPC 14 (STN/SPREV 2022)** – procedimentos contábeis específicos para RPPS
- ❑ **NBC TSP 03, 15 & MCASP/PCASP** – reconhecimento, mensuração e evidenciação



Por que falar em Contabilidade Pública em um RPPS?

O que é o RPPS?

- **EC 103/2019 (Art. 40 – CF/88):** Regime de caráter contributivo e solidário, com observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- **Portaria MTP nº 1.467/2022 (Art. 2º, II):** Assegura benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Relevância e Desafios Atuais:

- **Impacto Fiscal e Orçamentário:** Lei de Responsabilidade Fiscal exige o acompanhamento.
- **Equilíbrio Financeiro e Atuarial:** É um Princípio fundamental (EC 103; Lei 9.717/98; Portaria 1467/2022, Art. 25).
- **IPC 14 (par. 32-34):** Enfatiza a necessidade de equilíbrio a longo prazo e a importância da informação contábil fidedigna para evidenciá-lo.
- **Passivo atuarial** dos servidores federais se manteve em torno de 20% do PIB, com picos, evidenciando a pressão sobre as contas públicas. (Reis, Lima e Wilbert; 2017).

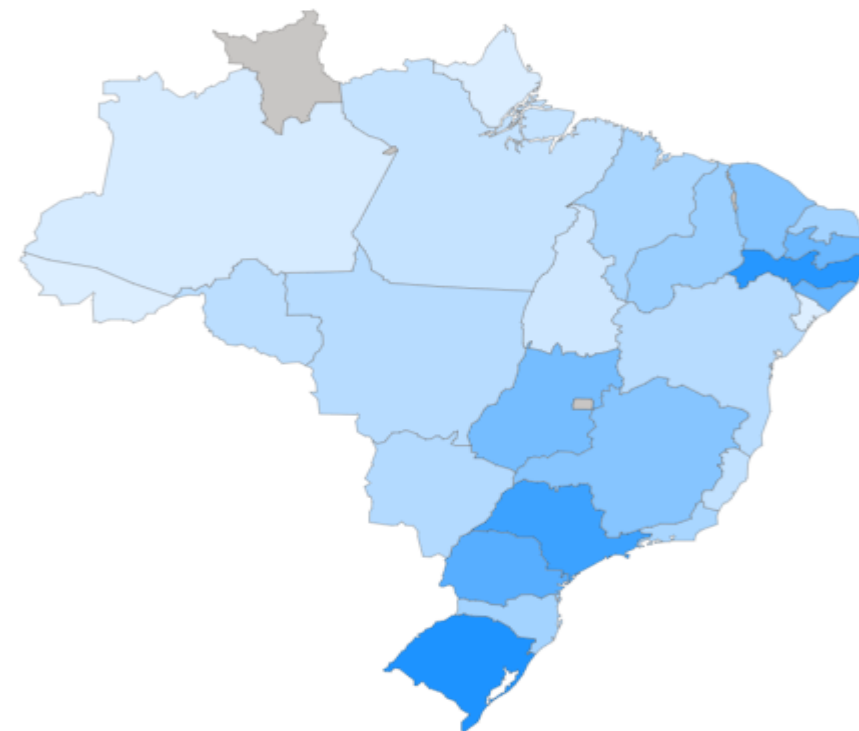


Painel de Acompanhamento de Adequações à EC 103/2019

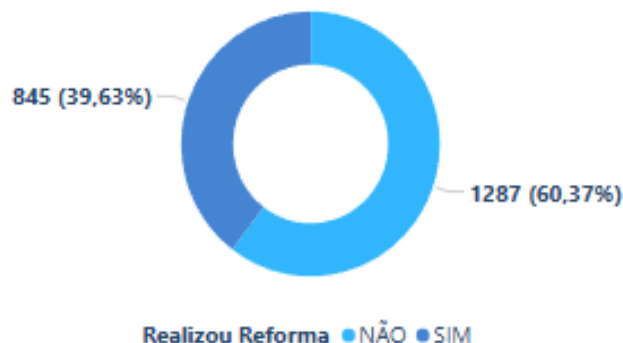
Publicado em 28/09/2023 08h01 | Atualizado em 27/05/2025 11h19

Quantidade de Entes que realizaram Reforma por Unidade de Federação

Região	Nº Entes com RPPS	Nº Entes que realizaram Reforma	% de Entes que realizaram Reforma	% de Entes com Alíquota dos segurados de 14% ou progressiva	% de Entes com Rol de benefícios: aposentadoria e pensão
CENTRO-OESTE	329	91	27,66%	98,18%	97,87%
NORDESTE	551	359	65,15%	91,47%	93,10%
NORTE	117	44	37,61%	80,34%	82,91%
SUDESTE	556	162	29,14%	94,96%	95,14%
SUL	579	189	32,64%	98,10%	99,83%
Total	2132	845	39,63%	94,61%	95,64%



Visão geral da Reforma



Realizou Reforma ● NÃO ● SIM



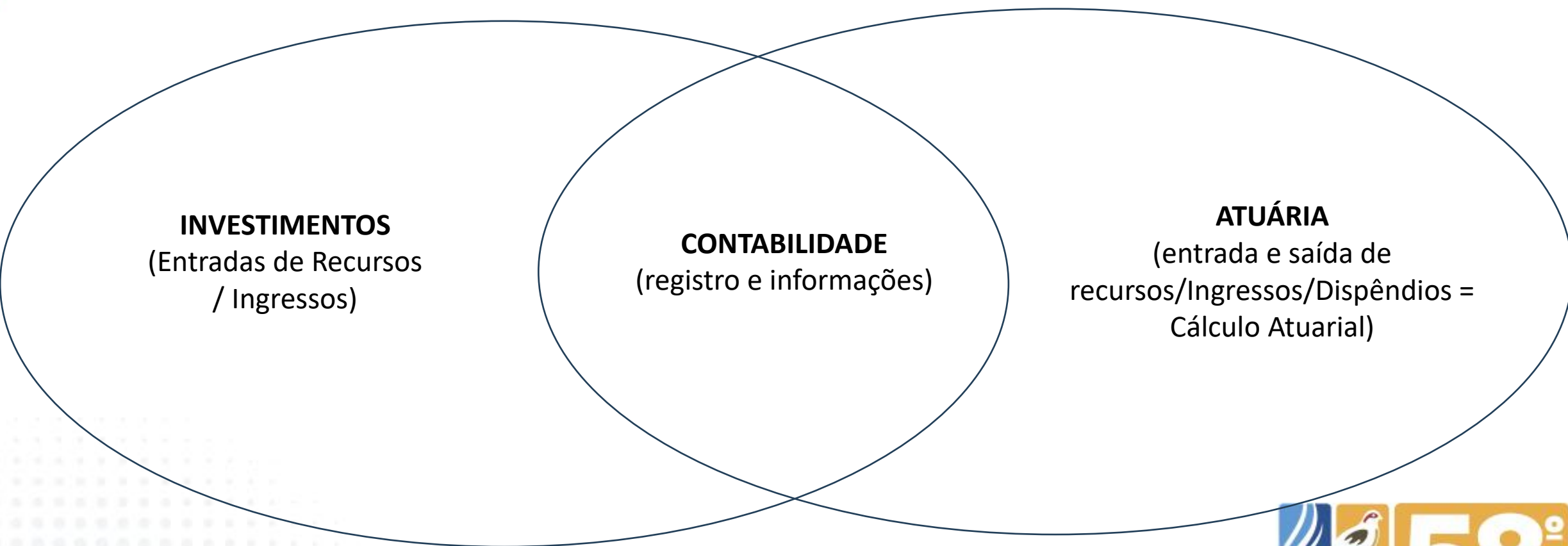
CONTABILIDADE : PILAR ESTRATÉGICO DO RPPS

	Conteúdo	Fundamentação normativa
Transparência & Responsabilidade Fiscal	Demonstrações do RPPS integram os instrumentos de transparência fiscal do ente	(LRF art. 50 I e IV)
Segregação Patrimonial	Escrituração individualizada em PCASP estendido até o 7.º nível; dados do RPPS consolidados no ente para as contas públicas	Portaria MP 1467/2022
Sustentabilidade Financeira-Atuarial	Informações contábeis alimentam a avaliação atuarial anual e suportam o controle do equilíbrio previsto na CF/1988 art. 40	Constituição Federal - 1988 - artigo 40
Mensuração de Passivos & Provisões	NBC TSP 03 (provisões) e NBC TSP 15 (benefícios a empregados) disciplinam reconhecimento do passivo atuarial e dos custos de benefícios	Normas Brasileiras Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
Decisões de Investimento & Risco	Demonstrativos contábeis registram rentabilidade líquida, limites de aplicação e subsidiam a política de investimentos	Res. CMN 4.963/21

Portaria MTP nº 1.467/2022 (Art. 85): "A contabilidade dos RPPS será individualizada... e obedecerá aos princípios, às normas e aos procedimentos aplicáveis ao setor público.



CONTABILIDADE : PILAR ESTRATÉGICO DO RPPS



Lei 9717/98: “Art. 1º - Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos (...) deverão ser organizados, **baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, (...)**” g.n

CONTABILIDADE : PILAR ESTRATÉGICO DO RPPS

Perspectiva Sistêmica:

A Contabilidade **não** é só voltada para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, mas também a **CORRETA APRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO** e **suas mutações**, sem afastar, como parte de sua essência, os princípios de contabilidade e as Normas de Contabilidade emitidas pelos órgãos competentes (CFC, STN, MPS, etc)



Contabilidade Segregada

- ❑ **Unidade gestora própria** – livros e demonstrativos independentes do Tesouro (Portaria 1.467/2022, art. 85)*.
- ❑ **PCASP detalhado** até o 7.º nível – contas específicas de receitas, despesas e investimentos.
- ❑ **Demonstrações contábeis (MCASP)** divulgadas separadamente e consolidadas no Balanço do ente (LRF art. 50).
- ❑ **Rastreabilidade** dos recursos : facilita fiscalização pelo controle externo e interno, e cálculo do equilíbrio atuarial anual.
- ❑ **Visão gerencial** – solvência, resultado previdenciário e controle dos limites de investimento (Res. CMN 4.963/2021).



RPPS Brasil – Panorama Nacional

Dados de Junho 2025 | 58º Congresso ABIPEM

2.113

RPPS Ativos

**R\$ 203,4
Tri**

Patrimônio Total

27

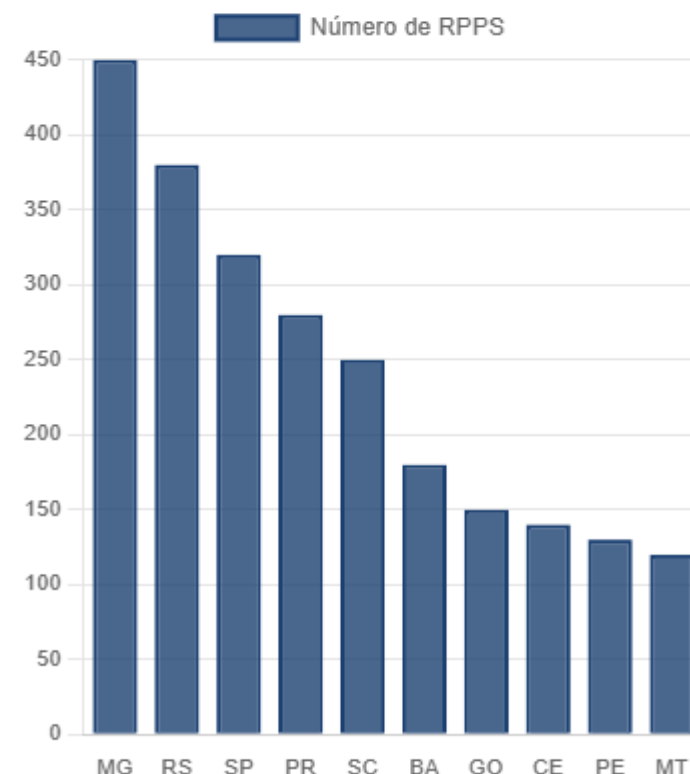
Estados + DF

R\$ 96,2 Bi

Patrimônio Médio

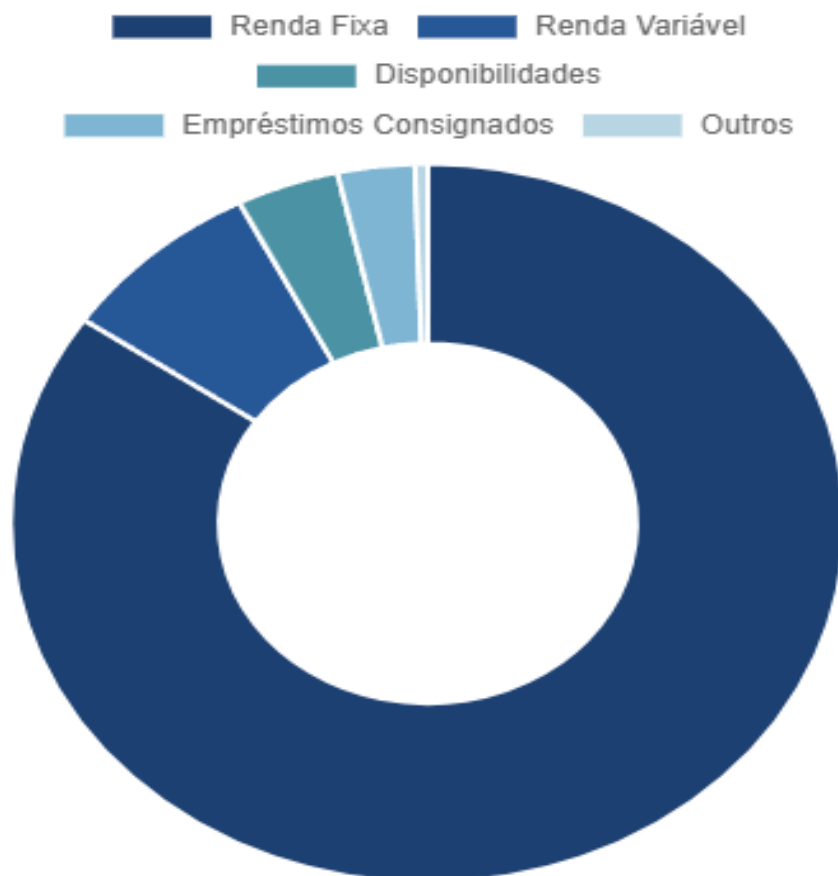


Top 10 Estados por Quantidade de RPPS



RPPS NO BRASIL – Panorama Nacional

Composição da Carteira Nacional



ALERTA CRÍTICO OBSERVADO:

Conservadorismo extremo – quase 100% em Renda Fixa – pode ser insustentável (R\$ 203,3 tri)

Oportunidade Histórica – Apenas R\$ 26 bi (0,01%) em fundos de ações (Gap R\$ 60,97 trilhões de espaço vazio não utilizado)

Potencial Inexplorado – R\$ 61 tri de capacidade adicional

Necessidade Urgente: procurar diversificar dentro dos limites legais



RPPS NO BRASIL – Panorama Nacional

Principais Insights para Gestão

-  **Concentração Regional:** Sul e Sudeste concentram 60% dos RPPS, exigindo atenção especial na padronização contábil
-  **Perfil Conservador:** 85% em renda fixa indica espaço para diversificação dentro dos limites regulamentares
-  **Disponibilidades Elevadas:** R\$ 39 bilhões em caixa sinalizam oportunidades de otimização
-  **Assimetria de Porte:** 100 maiores RPPS detêm 70% do patrimônio, demandando governança diferenciada
-  **Potencial de Crescimento:** Renda variável pode crescer de 8% para até 30% do limite regulamentar



Demonstrações Contábeis Obrigatórias RPPS

- ☐ **MCASP:** Balanço Patrimonial, DFC, DVP, **Notas Explicativas** – evidenciam resultado previdenciário e fluxo de caixa do regime.
- ☐ **Divulgação e consolidação:** demonstrativos separados e consolidados no Balanço do ente (LRF art. 50 §2º; Portaria 1.467/2022, art. 85 §7).
- ☐ **Uso gerencial:** solvência ($\text{ativos} \div \text{passivo atuarial}$), liquidez de investimentos e rentabilidade líquida por classe de ativo.
- ☐ **Prazos:** publicação até 30 abril do exercício seguinte e envio à Secretaria de Previdência (Portaria 1.467, art. 90).
- ☐ **Integração contábil-atuarial:** dados alimentam Avaliação Atuarial Anual e indicadores ISP-RPPS / Pró-Gestão. (índice de situação previdenciária)

Provisões & Passivo Atuarial

Definição de provisão: obrigação presente com estimativa confiável (NBC TSP 03, itens 22-34).

- ❑ Passivo atuarial do RPPS reconhecido como provisão de longo prazo — reflete obrigações futuras.
- ❑ Impacta o resultado previdenciário e o patrimônio líquido do regime.
- ❑ Atualização anual conforme Avaliação Atuarial; variações divulgadas em notas explicativas.
- ❑ Transparência das hipóteses: taxa de juros, crescimento salarial, mortalidade, invalidez.



Benefícios a Empregados

NBC TSP 15 – Fundamental para entender a natureza dos planos de benefícios pós-emprego. Ela distingue:

- ❑ **Plano de Contribuição Definida** – obrigação da entidade é limitada à quantia que ela se compromete a contribuir para um fundo separado. O risco atuarial permanece com o empregado (NBCT-SP 15, item 28)
- ❑ **Plano de Benefício Definido** – a entidade tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados, independente do desempenho do fundo — risco atuarial permanece com o empregador (ente). Se a experiência atuarial ou o investimento for pior que o esperado, a entidade poderá ter que aumentar sua contribuição para garantir os benefícios (NBCT-SP 15, item 30). RPPS
- ❑ **Reconhecimento:** custo corrente do serviço + custo de juros atuariais + variações atuariais. (NBCT-SP 15, itens 122 (a), (b) e (c).

IPC 14 – detalha que o impacto patrimonial para constituição da provisão atuarial é determinada pela Provisão Matemática – PMP, que corresponde à reserva matemática previdenciária, calculada pela diferença entre o Valor Atual dos Benefícios Futuros e o Valor Atual das Contribuições Futuras



Equilíbrio Financeiro-Atuarial

- ❑ **Avaliação Atuarial Anual** (Portaria 1.467/2022, artigos 25 a 57): projeta flux de contribuições $\times$ benefícios.
- ❑ **Indicadores-chave**: resultado atuarial, necessidade de aporte, plano d amortização do déficit.
- ❑ **Contabilidade** fornece dados de folha, receitas, ativos e rentabilidade para atuário.
- ❑ **Monitoramento contínuo**: relatórios quadrimestrais de desempenho financeiro e atuarial.
- ❑ **Desequilíbrio persistente** : restrições no CRP e penalidades da LRF.



Aplicação dos Recursos & Risco de Investimentos

- ☐ Política de Investimentos aprovada anualmente (Portaria 1.467, art. 85 §6).
- ☐ Limites da Resolução CMN 4.963/2021 p/ renda fixa, variável, exterior, imobiliário e estruturados.
- ☐ Registro contábil da rentabilidade líquida por classe de ativo — suporte a decisões.
- ☐ Controle de risco: marcação a mercado, VaR e aderência à meta atuarial.
- ☐ Comparar performance real × meta; ajustar carteira quando necessário.

Análise de Benchmarking RPPS

Oportunidades de Otimização Identificadas | Dados Junho 2025

Potencial Renda Variável

R\$ 61,0 Tri

Capacidade total para investimento em renda variável até o limite de 30% (atualmente 0,01%).

Disponibilidades Ociosas

R\$ 2,4 Bi

Recursos em disponibilidades que poderiam estar gerando rentabilidade adicional.

Conservadorismo Extremo

100%

Percentual da carteira em renda fixa, indicando necessidade urgente de diversificação.

Economia de Escala

89%

Percentual de RPPS pequenos e médios que poderiam se beneficiar de consórcios regionais.

Limite 30% - Resolução CMN 4963/2021

Fonte: Considerando dados compilados pelo Sr. Marcos Ferreira da Silva Auditor de Controle Externo – TCE-RJ- Aplicação por seguimento – dados de 01/06/2025



Comparativo entre Situação Atual e limites CMN 4.963/2021

Capacidade de Investimentos não Utilizada pelos RPPs

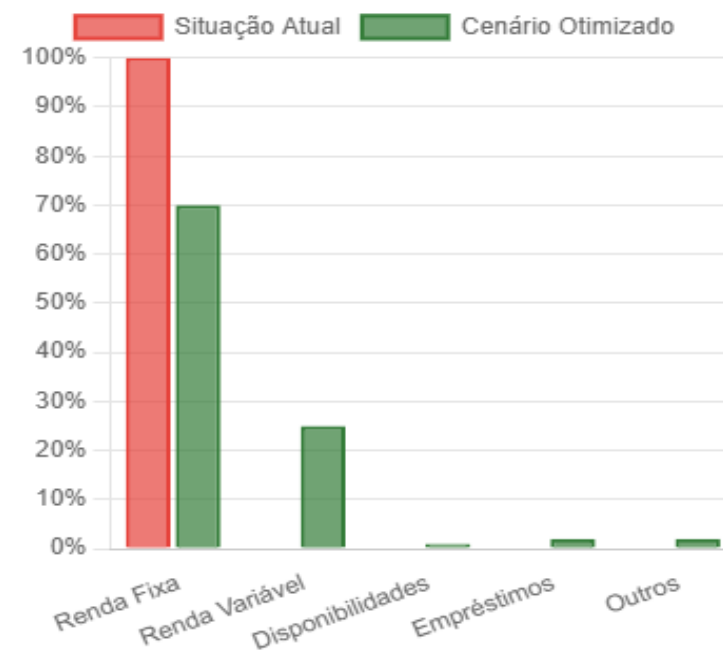
Modalidade	Atual	Limite CMN - de acordo com o nível de governança	Status	Capacidade Disponível
Renda Fixa	99,97%	Sem limite	Concentração extrema	-
Renda Variável	0,01%	30%	(subinvestido)	29,99 p.p.
Estruturados	0,01%	15%	(subinvestido)	14,99 p.p.
Fundos Imobiliários	0,00%	5%	(subinvestido)	5,00 p.p.
Invest. Exterior	0,00%	10%	(subinvestido)	9,99 p.p.
Empréstimos Consignados	0,00%	5% a 10%	(subinvestido)	5,00 p.p.
LIMITE GLOBAL RISCO	0,02%	30% - 60%	Extremamente conservador	59,98 p.p.

- ❑ Os RPPs **não têm** problema de compliance - têm problema de SUBINVESTIMENTO!
- ❑ Não é sobre quebrar regras - é sobre **USAR** as regras para **maximizar rentabilidade**!

Fonte: Resolução CMN 4963/2021

Fonte: Considerando dados compilados pelo Sr. Marcos Ferreira da Silva – Auditor de Controle Externo – TCE-RJ- Aplicação por seguimento – dados de 01/06/2025

Comparação: Atual vs. Potencial Otimizado



Benchmarking: RPPS por Porte e Performance

Faixa Patrimonial	Quantidade	% Renda Variável	% Disponibilidades	Taxa Admin.	Status
Acima R\$ 5 Bi	12	0,00%	0,00%	0,5%	Ultra-Conservador
R\$ 1 - 5 Bi	58	8,69%	0,31%	0,8%	Conservador
R\$ 100M - 1 Bi	456	6,83%	0,86%	1,2%	Conservador
R\$ 10M - 100M	1.098	4,20%	0,95%	1,5%	Muito Conservador
Abaixo R\$ 10M	489	2,00%	5,50%	1,8%	Crítico

Fonte: Considerando dados compilados pelo Sr. Marcos Ferreira da Silva – Auditor de Controle Externo – TCE-RJ Aplicação por seguimento – dados de 01/06/2025

Sugestões – a partir dos estudos

Plano de Ação Prioritário

PRIORIDADE ALTA

Padronização Contábil

Implementar PCASP unificado e demonstrações padronizadas em 100% dos RPPS até dezembro/2025.

PRIORIDADE ALTA

Redução de Disponibilidades

Meta: reduzir disponibilidades de 4% para 2% através de aplicações em renda fixa de liquidez adequada.

PRIORIDADE MÉDIA

Diversificação Gradual

Aumentar participação em renda variável de 8% para 15% nos próximos 24 meses, respeitando perfil de risco.

PRIORIDADE MÉDIA

Consórcios de Gestão

Formar consórcios regionais para RPPS menores, reduzindo custos operacionais em 30-40%.

PRIORIDADE BAIXA

Tecnologia Integrada

Desenvolver plataforma nacional para integração contábil-atuarial em tempo real.

PRIORIDADE BAIXA

Capacitação Continuada

Programa nacional de certificação para gestores de RPPS com foco em contabilidade aplicada.



Transparência & Controle Externo

A transparência e o controle externo são fundamentais para assegurar a boa gestão, a solidez financeira e a confiança dos segurados nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Essas práticas garantem que as informações sejam claras, acessíveis e que o regime opere em conformidade com a legislação.

- ☐ **LRF art. 48:** divulgação em tempo real de informações orçamentárias e previdenciárias.
- ☐ Portal da Transparência deve exibir demonstrações e carteira de investimentos do RPPS – Acesso Público e dados essenciais
- ☐ Fiscalização por Tribunais e Secretaria de Previdência (SPREV) — indicadores ISP-RPPS — podem ser utilizados como ferramentas chave para avaliação da gestão, situação financeira e atuarial. Calculado a partir de dados declarados pelos regimes, fornecendo visão abrangente de sua performance.
- ☐ CRP como condicionante para transferências voluntárias e convênios federais.
- ☐ Relatórios de auditoria interna e independente reforçam confiança dos stakeholders.



Indicadores de Gestão Previdenciária

São métricas essenciais que permitem monitorar a saúde, a eficiência e a conformidade dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Fornecem uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas e para a prestação de contas à sociedade.

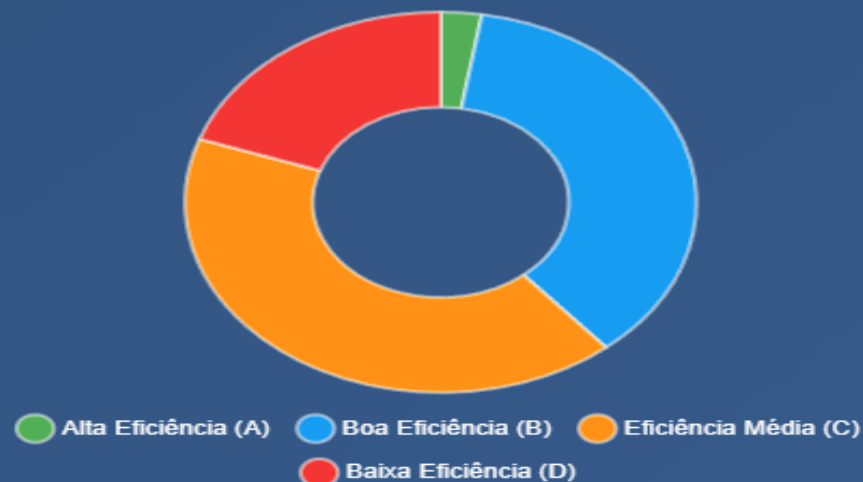
- ☐ **ISP-RPPS** avalia 4 dimensões: Gestão, Finanças, Informações, Transparência – Principal Ferramenta de Monitoramento da SPREV
- ☐ Pró-Gestão RPPS certifica níveis de governança e controles internos, habilitando-os para limites de investimento.
- ☐ Taxa de administração limitada a 2 % das contribuições anuais (Portaria 1.467, art. 72).
- ☐ Indicadores de Liquidez, Solvência e ALM monitorados trimestralmente – avaliar a capacidade do RPPS honrar seus compromissos.
- ☐ Dashboards e BI favorecem ação rápida em caso de desvio de metas.



Indicadores de Gestão Previdenciária

Análise de Eficiência dos RPPS Brasileiros - Dados ISP 2024 (Atualizados)

Distribuição por Faixa de Eficiência



Estatísticas Gerais

2.138

RPPS Avaliados

1.308

Precisam Melhorias

55

Alta Eficiência

61.2%

Taxa Crítica/Média

55

Alta Eficiência
2.6%

775

Boa Eficiência
36.2%

889

Eficiência Média
41.6%

419

Baixa Eficiência
19.6%

Principais Indicadores de Gestão

ISP-RPPS

Avalia 4 dimensões: Gestão, Finanças, Informações e Transparência. Principal ferramenta de monitoramento da Secretaria de Previdência.

Pró-Gestão RPPS

Certifica níveis crescentes de governança e controles internos, habilitando RPPS para limites ampliados de investimento.

Taxa de Administração

Limitada a 2% das contribuições anuais. RPPS grandes operam com 0,8%, pequenos chegam a 1,9%.

Indicadores ALM

Liquidez, Solvência e Asset Liability Management monitorados trimestralmente para gestão de riscos.

Business Intelligence

Dashboards e BI favorecem ação rápida em caso de desvio de metas e benchmarking entre pares.

Benchmarking

Comparação entre RPPS similares em porte e características, identificando melhores práticas e oportunidades.

Conclusão dos Indicadores de Gestão

1.308 RPPS (61.2%) precisam de melhorias críticas ou médias, evidenciando necessidade urgente de capacitação, padronização de processos e implementação de controles internos robustos. A diversidade de portes exige **benchmarking inteligente entre pares similares** e soluções escaláveis para democratizar boas práticas de gestão previdenciária.

Boas Práticas de Governança

A governança eficaz é **ESSENCIAL** para a saúde e longevidade dos RPPS. Garantem a Transparência, solidez financeira e capacidade de cumprir os compromissos com os segurados. Para isso deve ter, no mínimo:

- ☐ **Estrutura formal e clara:** Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.
- ☐ **Segregação de funções e política de prevenção a conflitos de interesse :** definição de atribuições e patrimônio segregado;
- ☐ **Capacitação contínua de gestores** — Portaria 1467/22 e Res. CMN 4.963/21 exige certificação por entidade credenciada
- ☐ **Gestão de Riscos e Controles Internos Robustos:** identificação e tratamento de riscos. Matriz de riscos e controles internos integrados ao processo contábil-financeiro.
- ☐ **Uso estratégico de indicadores e transparência ativa:** Indicadores contábeis e atuariais (ISP).



Desafios Atuais dos RPPS

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) no Brasil enfrentam um cenário complexo e dinâmico, impulsionado por reformas legislativas, mudanças demográficas e a necessidade crescente de transparência e eficiência. Superar esses desafios é crucial para garantir a sustentabilidade e a capacidade de honrar os compromissos previdenciários a longo prazo.

- ❑ **Reformas paramétricas em debate** — idade mínima, alíquotas progressivas.
- ❑ Volatilidade dos mercados afeta cumprimento da meta atuarial – as flutuações e a volatilidade dos mercados financeiros podem impactar diretamente a rentabilidade dos investimentos em RPPS. Desafio constante para a meta atuarial.
- ❑ Envelhecimento da massa de servidores e migração parcial para RGPS – aumenta a proporção de beneficiários em relação aos contribuintes, pressionando o equilíbrio financeiro dos RPPS
- ❑ **Integração de sistemas contábeis-atuariais (PCASP 2025)** exige adaptação tecnológica.
- ❑ Convergência plena às IPSAS: novas NBC TSP em processo de adoção.



Conclusão e Próximos Passos

Esta apresentação reforça uma verdade inegável: a contabilidade não é meramente um registro de fatos passados, mas a **linguagem fundamental e o instrumento estratégico** que capacita os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a navegar pelos desafios atuais e a construir um futuro sustentável.

- ✓ Contabilidade é a linguagem-base que estabelece o arcabouço normativo para governança, transparência e equilíbrio atuarial dos RPPS.
- ✓ Dados confiáveis sustentam decisões sobre custeio, investimentos e benefícios. Com base nesses dados que os gestores podem tomar decisões assertivas sobre custeio do regime, alocação de investimentos e gestão dos benefícios, visando o equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.
- ✓ Priorizar segregação contábil, demonstrações tempestivas e governança robusta: tais atos contribuem para a perenidade dos RPPS.
- ✓ Aprimoramento Contínuo impulsionado por indicadores são ferramentas vitais para identificar oportunidades e otimização. Contabilidade revela o perfil de risco dos investimentos ou até, a necessidade de capacitação, impulsionando a revisão das políticas de investimentos, fortalecimento dos controles internos e qualificações de equipes.
- ✓ **Quem domina os números domina o futuro do regime** — capacidade de interpretar e agir com base nos dados contábeis e atuariais é o que pode garantir a sustentabilidade amanhã – **agir hoje é fundamental para a sustentabilidade do amanhã.**

Referências Bibliográficas

Brasil. (2019, 12 de novembro). *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019: Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias*. Diário Oficial da União.

Banco Central do Brasil – Conselho Monetário Nacional. (2021, 25 de novembro). *Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021: Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social*. Diário Oficial da União.

Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. (2022). *Instruções de Procedimentos Contábeis 14: Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS (1ª rev.)*. Autor.

Ministério da Previdência Social, Secretaria de Regime Próprio e Complementar. (2024). *Relatório do Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social – ISP-RPPS 2024*. Autor.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016). *NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. Autor.

Conselho Federal de Contabilidade. (2018). *NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados*. Autor.

Ministério do Trabalho e Previdência. (2022, 2 de junho; atual. até 29 de maio de 2024). *Portaria MTP nº 1.467: Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos*. Diário Oficial da União.

Reis, C. E. dos, Lima, D. V., & Wilbert, M. D. (2017). Impacto do registro contábil da provisão matemática previdenciária dos servidores públicos federais no balanço geral da União. *Revista da Universidade Federal de Santa Catarina – Ciências Contábeis*, 14(31), 108-126. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n31p108>

Obrigada

Débora Geórgia Tristão

Técnica Controle Interno
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo –
TCE-SP

Docente na Pós-Graduação – USCS
Prof.^a Auxiliar – FECAP

